



RENAN CAMPOS DE BITENCOURT
FERNANDA DA LUZ FERREIRA
MATEUS COSTA TEIXEIRA
JULIO MOREIRA MAGALHÃES
VALDECI DELLA LIBERA
BERNARDO MENDES GARCIA

1.^a edição

ISBN- 978-65-6054-038-5



**POLÍTICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO DA
SEGURANÇA: UMA ANÁLISE DA
POLÍTICA PÚBLICA DE BODY CÂMERAS
IMPLEMENTADA NA POLÍCIA MILITAR
DO RIO DE JANEIRO**

SÃO PAULO | 2024



RENAN CAMPOS DE BITENCOURT
FERNANDA DA LUZ FERREIRA
MATEUS COSTA TEIXEIRA
JULIO MOREIRA MAGALHÃES
VALDECI DELLA LIBERA
BERNARDO MENDES GARCIA

1.^a edição

ISBN- 978-65-6054-038-5



**POLÍTICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO DA
SEGURANÇA: UMA ANÁLISE DA
POLÍTICA PÚBLICA DE BODY CÂMERAS
IMPLEMENTADA NA POLÍCIA MILITAR
DO RIO DE JANEIRO**

SÃO PAULO | 2024

1.^a edição

**POLÍTICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO DA SEGURANÇA:
UMA ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA DE BODY
CÂMERAS IMPLEMENTADA NA POLÍCIA MILITAR
DO RIO DE JANEIRO**

ISBN- 978-65-6054-038-5



Autor
Renan Campos de Bitencourt
Fernanda da Luz Ferreira
Mateus Costa Teixeira
Julio Moreira Magalhães
Valdeci Della Libera
Bernardo Mendes Garcia

**POLÍTICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO DA SEGURANÇA:
UMA ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA DE BODY
CÂMERAS IMPLEMENTADA NA POLÍCIA MILITAR
DO RIO DE JANEIRO**

1.^a edição

SÃO PAULO
EDITORA ARCHE
2024

Copyright © dos autores e das autoras.

Todos os direitos garantidos. Este é um livro publicado em acesso aberto, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado. Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons Internacional (CC BY-NC 4.0).



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

P769 Políticas públicas no âmbito da segurança [livro eletrônico] : uma análise da política pública de body câmeras implementada na Polícia Militar do Rio de Janeiro / Renan Campos de Bitencourt... [et al.]. – São Paulo, SP: Arche, 2024.
54 p. : foto.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-65-6054-038-5

1. Segurança pública – Rio de Janeiro (RJ). I. Bitencourt, Renan Campos de. II. Ferreira, Fernanda da Luz. III. Teixeira, Mateus Costa. IV. Magalhães, Julio Moreira. V. Libera, Valdeci Della. VI. Garcia, Bernardo Mendes.

CDD 363.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Revista REASE chancelada pela Editora Arche.

São Paulo- SP

Telefone: +55 (11) 94920-0020

<https://periodicorease.pro.br>

contato@periodicorease.pro.br

1ª Edição- *Copyright*® 2024 dos autores.

Direito de edição reservado à Revista REASE.

O conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade do (s) seu(s) respectivo (s) autor (es).

As normas ortográficas, questões gramaticais, sistema de citações e referenciais bibliográficos são prerrogativas de cada autor (es).

Endereço: Av. Brigadeiro Faria de Lima n.º 1.384 – Jardim Paulistano.

CEP: 01452 002 – São Paulo – SP.

Tel.: 55(11) 94920-0020

<https://periodicorease.pro.br/rease>

contato@periodicorease.pro.br

Editora: Dra. Patrícia Ribeiro

Produção gráfica e direção de arte: Ana Cláudia Néri Bastos

Assistente de produção editorial e gráfica: Talita Tainá Pereira Batista

Projeto gráfico: Ana Cláudia Néri Bastos

Ilustrações: Ana Cláudia Néri Bastos e Talita Tainá Pereira Batista

Revisão: Ana Cláudia Néri Bastos e Talita Tainá Pereira Batista

Tratamento de imagens: Ana Cláudia Néri Bastos

EQUIPE DE EDITORES

EDITORA- CHEFE

Dra. Patrícia Ribeiro, Universidade de Coimbra- Portugal

CONSELHO EDITORIAL

Doutorando. Avaetê de Lunetta e Rodrigues Guerra- Universidad del Sol do Paraguai- PY

Me. Victorino Correia Kinhama- Instituto Superior Politécnico do Cuanza Sul-Angola

Me. Andrea Almeida Zamorano- SPSIG

Esp. Ana Cláudia N. Bastos- PUCRS

Dr. Alfredo Oliveira Neto, UERJ, RJ

PhD. Diogo Vianna, IEPA

Dr. José Faijardo- Fundação Getúlio Vargas

PhD. Jussara C. dos Santos, Universidade do Minho

Dra. Maria V. Albaronedo, Universidad Nacional del Comahue, Argentina

Dra. Uaiana Prates, Universidade de Lisboa, Portugal

Dr. José Benedito R. da Silva, UFSCar, SP

PhD. Pablo Guadarrama González, Universidad Central de Las Villas, Cuba

Dra. Maritza Montero, Universidad Central de Venezuela, Venezuela

Dra. Sandra Moitinho, Universidade de Aveiro-Portugal

Me. Eduardo José Santos, Universidade Federal do Ceará,

Dra. Maria do Socorro Bispo, Instituto Federal do Paraná, IFPR

Cristian Melo, MEC

Dra. Bartira B. Barros, Universidade de Aveiro-Portugal

Me. Roberto S. Maciel- UFBA

Dra. Francisne de Souza, Universidade de Aveiro-Portugal

Dr. Paulo de Andrada Bittencourt - MEC

PhD. Aparecida Ribeiro, UFG

Dra. Maria de Sandes Braga, UFTM

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores se responsabilizam publicamente pelo conteúdo desta obra, garantindo que o mesmo é de autoria própria, assumindo integral responsabilidade diante de terceiros, quer de natureza moral ou patrimonial, em razão de seu conteúdo, declarando que o trabalho é original, livre de plágio acadêmico e que não infringe quaisquer direitos de propriedade intelectual de terceiros. Os autores declaram não haver qualquer interesse comercial ou irregularidade que comprometa a integridade desta obra.

APRESENTAÇÃO

Prezados leitores,

É com grande entusiasmo que apresentamos o livro "Perspectivas Críticas: Políticas Públicas no Âmbito da Segurança", uma obra meticulosamente elaborada que mergulha fundo na análise da política pública de implementação de body câmeras na Polícia Militar do Rio de Janeiro. Este trabalho é um convite para compreendermos de forma abrangente as dinâmicas e desafios envolvidos na interseção entre políticas de segurança, políticas públicas e a aplicação prática dessas medidas na área crucial da segurança pública.

Na introdução, exploramos o contexto atual da segurança pública, destacando a crescente importância das políticas públicas como instrumento de transformação social. Apresentamos os principais conceitos que norteiam nossa análise, preparando o terreno para uma compreensão mais profunda dos desafios enfrentados pelas forças de segurança e as

abordagens adotadas para lidar com eles.

Ao trata sobre as Políticas de Segurança Pública, o livro digital apresenta uma análise detalhada das políticas de segurança pública no Brasil, mapeando suas evoluções históricas, principais estratégias e os impactos percebidos na sociedade. Aprofundamo-nos nos dilemas éticos, legais e sociais que permeiam a formulação e implementação dessas políticas, oferecendo uma visão crítica sobre os desafios enfrentados.

Em seguida, exploramos o conceito de políticas públicas em um contexto amplo, destacando sua importância na construção de uma sociedade mais justa e segura. Abordamos as ferramentas e instrumentos utilizados na formulação e implementação dessas políticas, destacando a relevância da participação da sociedade no processo decisório.

Na sequência, acerca da Segurança Pública, concentramo-nos na análise aprofundada sobre a temática, considerando sua complexidade e as múltiplas dimensões envolvidas. Discutimos as estratégias tradicionais e emergentes adotadas pelas forças de

segurança, examinando sua eficácia e os desafios enfrentados no ambiente dinâmico e heterogêneo das cidades.

O Caso das *Body Cameras*, é o ponto central da obra, onde nos debruçamos sobre a implementação das *body cameras* na Polícia Militar do Rio de Janeiro. Analisamos as motivações por trás dessa decisão, os resultados obtidos, bem como os desafios e implicações éticas decorrentes do uso dessa tecnologia. Aprofundamo-nos na experiência prática, promovendo uma reflexão crítica sobre seu impacto positivos nas abordagens, transparência, responsabilidade e confiança pública.

Na conclusão, reunimos as principais descobertas e reflexões, destacando lições aprendidas, lacunas identificadas e sugestões para futuras direções de pesquisa. Encerramos com uma visão panorâmica das implicações mais amplas para a formulação de políticas públicas de segurança no Brasil.

Em epitome, a *Perspectivas Críticas: Políticas Públicas no Âmbito da Segurança* é uma obra que visa contribuir significativamente para o debate público, aprimorando nossa

compreensão coletiva das políticas de segurança e oferecendo *insights* valiosos para formuladores de políticas, acadêmicos e todos os interessados no fortalecimento da segurança pública.

Esperamos que esta obra estimule reflexões e debates construtivos sobre o complexo cenário da segurança no Brasil, especialmente sobre o profícuo uso das bodys câmeras pelas forças de seguranças públicas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA	25
SEGURANÇA PÚBLICA	29
O CASO DAS BODY CAMERAS	34
CONCLUSÃO	41
REFERÊNCIAS	45
ÍNDICE REMISSIVO	49

**POLÍTICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO DA
SEGURANÇA: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA
PÚBLICA DE BODY CÂMERAS IMPLEMENTADA NA
POLÍCIA MILITAR DO RIO DE JANEIRO**

**PUBLIC POLICIES IN THE CONTEXT OF SECURITY: AN ANALYSIS
OF BODY CAMERA PUBLIC POLICY IMPLEMENTED IN THE
MILITARY POLICE OF RIO DE JANEIRO**

RESUMO

A segurança Pública é dever do Estado. A polícia militar é responsável dentro da segurança pública por reprimir o crime, também chamada de polícia ostensiva. As políticas públicas são ações que buscam soluções para problemas públicos. No âmbito da segurança pública essas políticas podem ser preventivas ou corretivas. O estado do Rio de Janeiro é um dos que mais sofre com a descoberta de corrupção entre os policiais. Nesse estado o número de reclamações anuais das intervenções policiais é crescente. Dos brasileiros apenas 37% confiam no trabalho da polícia militar. A política pública implementada no estado do Rio de Janeiro busca

melhorar a tratativa entre polícia e população durante as abordagens e ainda reduzir o número de assassinatos de policiais militares em serviço.

Palavras-Chave: Política Pública. Segurança Pública. Body Câmeras.

ABSTRACT

Public security is the duty of the State. The military police are responsible within public security for repressing crime, also called overt police. Public policies are actions that seek solutions to public problems. In the context of public security, these policies can be preventive or corrective. The state of Rio de Janeiro is one of the states that suffers most from the discovery of corruption among police officers. In this state, the number of annual complaints about police interventions is increasing. Of Brazilians, only 37% trust the work of the military police. The public policy implemented in the state of Rio de Janeiro seeks to improve dealings between police and the

population during raids and also reduce the number of murders of military police officers on duty.

Keywords: Public Policy. Public security. Body Cam.

RESUMEN

La seguridad pública es deber del Estado. La policía militar es responsable dentro de la seguridad pública de reprimir el crimen, también llamada policía abierta. Las políticas públicas son acciones que buscan soluciones a los problemas públicos. En el contexto de la seguridad pública, estas políticas pueden ser preventivas o correctivas. El estado de Río de Janeiro es uno de los estados que más sufre por el descubrimiento de corrupción entre agentes de policía. En este estado está aumentando el número de denuncias anuales sobre intervenciones policiales. De los brasileños, sólo el 37% confía en el trabajo de la policía militar. La política



pública implementada en el estado de Río de Janeiro busca mejorar el trato entre la policía y la población durante los allanamientos y también reducir el número de asesinatos de policías militares en servicio.

Palabras Clave: Políticas Públicas. Seguridad Pública. Cámaras corporales.



INTRODUÇÃO

Introdução

Segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, apenas 27% dos brasileiros confiam no trabalho realizado pela Polícia Militar. Outro dado alarmante da pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas é que 70% dos brasileiros não confiam nos policiais militares.

Em alguns Estados, como o Rio de Janeiro, a má fama dos policiais militares, envolvidos constantemente em casos de corrupção, prejudica ainda mais essa relação com a população.

Diante desse contexto o estado do Rio de Janeiro desenvolveu a política pública de segurança com o uso de *body câmeras*, buscando melhorar a relação entre polícia e cidadão durante as abordagens ostensivas.

O livro foi confeccionado utilizando-se da revisão bibliográfica por meio de estudo documental sobre os conceitos de segurança pública e política pública, objetivando demonstrar um caso prático de política implementada no estado do Rio de Janeiro.

O aumento nos casos de violência no país, a preocupação com a segurança pública, e os casos de corrupção interna, torna relevante a explanação do caso das *body cameras*. A política implementada no Rio de Janeiro pode servir como base para novas pesquisas ou ainda implementação em outros estados vítimas do mesmo problema de segurança pública.



POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Políticas Públicas

Política Pública é “o conjunto de decisões e ações de um governo para solucionar problemas que em um dado momento os cidadãos e o próprio governo de uma comunidade política consideram prioritários ou de interesse público” (CALDAS, CRESTANA, 2005, p. 10).

De acordo com Guareschi et al (2004, p.180), a política “um compromisso público que visa dar conta de determinada demanda, em diversas áreas. Expressa a transformação daquilo que é do âmbito privado em ações coletivas no espaço público”.

No âmbito das políticas de segurança, estas buscam a

manutenção da lei e da ordem, e ainda a preservação da vida, liberdade e segurança das pessoas. Neto (2006, p. 189) estabelece algumas diferenciações:

A diferenciação entre duas macro-concepções de segurança pública que frequentemente não são explicitadas e menos ainda compartilhadas pelo governo, pela polícia e pela sociedade” (NETO, 2006, p. 189). A rigor, não são concepções contraditórias, mas “[...] conflitantes ou divergentes, que apontam para estratégias igualmente divergentes de melhoria da segurança pública [...] Um grande desafio para a administração pública é o exercício de políticas de segurança pública.

Existe ainda uma concepção definida em função da criminalidade:

[...] acredita que a melhoria da segurança pública é equacionada com a redução de crimes, contravenções e/ou violências na comunidade ou sociedade. Segundo esta concepção, a redução de crimes, contravenções e/ou violências seria condição necessária e suficiente, ou pelo menos prioritária, para a melhoria da segurança pública. O objeto da política de

segurança pública são os crimes, contravenções e violências, não as pessoas a eles expostas direta ou indiretamente, na condição de vítimas, 17 agressores, testemunhas, familiares, membros da vizinhança ou da comunidade, etc. (NETO, 2006, p. 190).

Essa visão é maximizada por Neto (2006, p.191), ao ver as políticas públicas de segurança não apenas como reativas, mas também preventivas:

[...] acredita que a melhoria da segurança pública é equacionada com a redução do medo e da insegurança e/ou a melhoria da qualidade de vida das pessoas na comunidade ou sociedade. A redução de crimes, contravenções e/ou violências seria ainda, de acordo com este pensamento, condição necessária, mas não suficiente ou mesmo prioritária para melhoria da segurança pública. O objeto da política de segurança pública são as pessoas expostas direta ou indiretamente a crimes, contravenções e violências.

Baseada em Brantingham e Faust (1976), Silveira (2007, p.63) afirma que “a prevenção ao crime é antecipação, o

reconhecimento e a avaliação de um risco para o crime, e o desencadeamento de ações para remover ou reduzir este risco”.

O autor aponta ainda que tanto o objetivo minimalista, quanto a visão mais ampla, são abrangentes demais para serem efetivados apenas por meio de programas e ações políticas. (NETO, 2006).

A análise de políticas públicas ou *policy analysis* segundo Secchi (2019), busca gerar e sistematizar informações relevantes para o processo decisório s e políticas públicas, servindo ainda como base para outras políticas.



SEGURANÇA PÚBLICA

Segurança Pública

Conforme o Ministério da Justiça (2010), a segurança pública é definida como:

Atividade pertinente aos órgãos estatais e à comunidade como um todo, realizada com o fito de proteger a cidadania, prevenindo e controlando manifestações da criminalidade e da violência, efetivas ou potenciais, garantindo o exercício pleno da cidadania nos limites da lei.

O *caput* do artigo 14 da Constituição Federal de 1988 define que a segurança pública é exercida pelo Estado, direito e responsabilidade de toda a sociedade, com objetivo de promover a preservação do patrimônio e da integridade das pessoas. Nesse contexto, podemos dizer que a segurança é um assunto sistêmico que inclui vários

atores.

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, 1988)

Para Carvalho e Silva (2011, p. 62), “a segurança pública deve estar inserida no contexto da Administração pública entre outras através das políticas sociais”. Uma política de segurança pode ser definida como:

Um processo sistêmico porque envolve, num mesmo cenário, um conjunto de conhecimentos e ferramentas de competência dos poderes constituídos e ao alcance da comunidade organizada, interagindo e compartilhando visão, compromissos e objetivos comuns; e otimizado porque depende de decisões rápidas e de resultados imediatos (BENGOCHEA et al., 2004, p. 120).

Segundo Kahn (2002, p. 06), “estar seguro é não apenas estar livre do risco de tornar-se vítima de crimes, mas

também livre do medo, livre da violência gratuita, livre do risco de ser destrutado pela polícia e pela justiça”. O autor enfatiza a importância de políticas de ação preventivas na segurança pública.

A polícia militar é uma das forças do sistema maior que é a Segurança Pública. Essa polícia atua de forma ostensiva. Como afirma Muniz (1999, p. 23):

A polícia responsável pelo policiamento cotidiano das ruas das pequenas e grandes cidades, com uniformes, cassetetes e armas de porte, consiste em uma recente invenção ocidental que remonta do início do século XIX. O seu surgimento foi também resultado dos esforços para a construção de uma concepção moderna de Estado, "orientada pela ambição Iluminista de sustentar a paz por meio de meios pacíficos e 'civilizados'".

Sua função exercida como parte constituinte do aparelho repressor do Estado, esse fator interfere na relação do serviço policial para com os cidadãos, e a recíproca nesse

caso também ocorre.



O CASO DAS BODY CÂMERAS

O Caso das *Body Câmeras*

Os avanços tecnológicos criaram avanços em muitas áreas, entre elas a da Segurança Pública. Um deles é a oportunidade de pequenas câmeras conseguirem monitorar a atuação policial.

O enfrentamento do problema da violência pode ocorrer de várias formas, para Secchi (2019, p. 185) algumas maneiras são:

Regulamentação: proibições, detalhamentos regulatórios, aumento da penalidade por infração, diminuição das chances de recursos protelatórios por parte dos infratores;

Aplicação da lei: aumento do rigor das punições, aumento das probabilidades de punição, aceleração dos trâmites punitivos;

Melhoria dos serviços especializados de fiscalização e punição de infrações: corregedorias;

Educação: sensibilização dos policiais, reeducação profissional;

Premiação: delação premiada para colegas e cidadãos, criação ou extensão dos prêmios de comportamento exemplar.

Os estudos realizados no Departamento de Justiça dos Estados Unidos demonstraram que o uso de *body câmeras* são um meio eficaz de tornar a ação policial mais transparente e responsável. Além disso, sua utilização melhora a relação entre policiais e cidadãos, conforme abordado na Figura 1.

FIGURA 1 - ABORDAGEM POLICIAL COM *BODY CÂMERAS*



Fonte: Site Tech Crunch (2017).

Segundo o IBGE (2015), a população estimada do Rio de Janeiro é de 16,5 milhões de habitantes, e conforme Sampaio (2015) o número anual de turistas é aproximadamente 1,6 milhão. Toda essa população é atendida por em média 47.000 policiais militares (FBSP, 2015).

São considerados desvios de conduta dos policiais na sua relação com o cidadão:

- Abuso de autoridade ou uso desproporcional da força policial;
 - Corrupção ativa ou passiva em atividade policial;
 - Manipulação de cena de infração ou crime;
 - Comportamento desqualificado, descortês ou rude pelo agente policial;
 - Homicídio impetrado por policial.
- (SECCHI, 2015, p.186)

O crescente aumento em denúncias contra mau

comportamento de policiais durante a operação ostensiva corroborou para a política pública de segurança das *body câmeras*. Além disso, outro ponto impactante para o desenvolvimento da política foi a publicação do relatório “Você matou meu filho” elaborado pela Anistia Internacional. O relatório apresenta um aumento de 39% no número de homicídios no estado do Rio de Janeiro cometidos por policiais, no período de 2013 e 2014.

Outro fator de impacto, é que 80% desses tipos de homicídios praticados em 2011, ainda no ano de 2015 continuavam sem solução. Um dos fatores que contribuem para essa estimativa, além das falhas de controle interno e externo, é a falta de evidências dos crimes.

Pode-se então afirmar que a falta de evidências para a instrução dos processos administrativos e judiciais contra policiais com desvio de conduta é uma das causas dos inúmeros desvios de conduta sem punição.

No Brasil não existem estudos aprofundados sobre o uso de *body cameras* em políticas de segurança pública. A Lei nº 5.588 de 2009 decretou que apenas as viaturas devam conter um equipamento de áudio ou vídeo. As câmeras utilizadas nos uniformes funcionam de forma parecida com essas já regularizadas anteriormente.

Os policiais militares utilizariam as microcâmeras junto ao corpo. Durante a abordagem, estas filmariam o decorrer dos acontecimentos e transmitiriam essas imagens para uma central. Na central ficariam armazenadas, para no caso de investigações futuras,

serem utilizadas como evidências, tanto na defesa ou na acusação de policiais militares.

Outra contribuição relevante da utilização de *body câmeras* é uma possível redução no número de mortes de policiais militares. O índice de vitimização policial em 2014 no estado do Rio de Janeiro era de 1,7 policial para cada 1.000 policiais. Esse ganho seria não somente no intuito de intimidar o criminoso no momento da ação, mas também facilitar a finalização dos inquéritos policiais com a identificação dos autores.



CONCLUSÃO

Conclusão

A segurança pública enfrenta um problema de grande complexidade, não apenas com o crescimento da criminalidade, mas também, com os casos de corrupção interna. Somado a esses fatores estão os desvios de condutas dos policiais diante das abordagens.

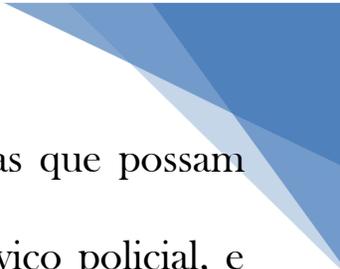
O desenvolvimento de políticas públicas para resolução de problemas públicos, e claro, de segurança, é uma forma coerente de tentar solucionar, ou ainda mitigar um problema já existente. As estatísticas comprovam que o trabalho da polícia militar não é bem visto pelos cidadãos. Outro fator de destaque é o alto número de policiais que morrem vítimas da sua profissão.

Tanto nos desvios de conduta, quanto nos casos em que

os policiais são vítimas de agressão, a impunidade acaba contribuindo para o aumento dos números. O estado do Rio de Janeiro é destaque negativo no que tange à segurança pública. Os números de homicídios em geral são alarmantes, e principalmente os com vítimas policiais.

O desenvolvimento de uma política pública inspirada em casos internacionais vislumbrou a utilização de *body cameras* como alternativa para mitigar o problema. Os policiais utilizam as microcâmeras junto ao corpo, e a operação de abordagem fica gravada, sendo transmitida para um central policial.

Certamente, apenas essa política de segurança pública está longe de resolver os problemas da polícia militar do estado do Rio de Janeiro. Mas vale ressaltar que diante



da passividade, buscar introduzir políticas que possam auxiliar na melhora da prestação do serviço policial, e ainda reduzir os números de chamados e homicídios já merece destaque, devendo servir de espelho para outros estados brasileiros.



REFERÊNCIAS

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Congresso Nacional, 1988b.

BENGOCHEA, J. L. et al. A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. Revista São Paulo em Perspectiva, v. 18, n. 1, p. 119-131, 2004.

CALDAS, R. W.; CRESTANA, S. Políticas Públicas Municipais de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. São Paulo: Sebrae-SP, 2005. Disponível em: <http://www.biblioteca.sebrae.com.br>. Acesso em: 20 mai. 2010.

CARVALHO, V. C; SILVA, M R. F. Política de segurança pública no Brasil: Avanços, limites e desafios. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802011000100007&script=sci_arttext. Acesso em 25 set. 2014.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. 2015 Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/produtos/anuario->

brasileiro-de-seguranca-publica/9o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica>. Acesso em: fev. 2016.

GUARESCHI et al. Problematizando as práticas psicológicas no modo de entender a violência. In: Violência, gênero e Políticas Públicas. Strey, Marlene N.; Azambuja, Mariana P. Ruwer; Jaeger, Fernanda Pires. (Orgs). Ed: EDIPUCRS, Porto Alegre, 2004.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios continua: notas metodológicas. 2015. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadoosat/perfil.php>>. Acesso em: dev. 2016.

KAHN, T. Policiamento comunitário: uma expectativa realista de seu papel. Disponível em: <<http://www.direitopenal.adv.br>>. Acesso em: 16 mar. 2002.

MUNIZ, J. O. 1999. Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. (Tese). Doutorado em Ciência Política. Programa de Doutorado em Ciência Política, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. (2010). Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cedn/xvii_cedn/a_situacao_atual_da_segurana_publica_no_brasil_e_sua_relacao_com_a_seguranca_e_defesa_nacional.pdf>. Acesso em: out.2019.

NETO, P. M. **Fazendo e Medindo Progresso em Segurança Pública**. Revista Praia Vermelha (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 14-15, 2006. Disponível em: <http://www.ess.ufrj.br>. Acesso em 10 abr. 2010.

OPINIÃO & NOTÍCIA. Pesquisa mostra que 70% da população não confia no trabalho da polícia (2013). Disponível em: <http://opinioenoticia.com.br/brasil/pesquisa-mostra-que-70-da-populacao-nao-confia-no-trabalho-da-policia/>. Acesso em: fev. 2016.

SAMPAIO, V. RJ ganhou 390 mil turistas estrangeiros a mais em 2014. Ministério do Turismo, julho de 2015. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/ultimasnoticias/5529> Acesso em: fev. 2016.

SECCHI, L. Análise de Políticas Públicas: diagnóstico de problemas e recomendações de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2019.

SILVEIRA, A. M. A prevenção da Violência: Desafio para todos. Revista Médica de Minas Gerais, [s.l], v. 16, p.86-91, 2007.

Tech Crunch. Taser rebrands as Axon and offers free body cameras to any police department (2017) Disponível em: <https://techcrunch.com/events/disrupt-berlin-2019/tickets?ref=rightrailpromo>>. Acesso em: out. 2019.



ÍNDICE REMISSIVO

Índice Remissivo

A

Abordagens, 20

Abrangentes, 26

Aceleração, 33

Ações, 26

Administração, 29

Agressores, 25

Antecipação, 26

Anuário, 20

Aumento, 33, 36

B

Body, 14

Brasileiro, 20

C

Cameras, 14

Câmeras, 33

Casos, 20

Ch

Chamada, 13

Chamados, 42

Chances, 33

C

Cidadãos, 34

Colegas, 34

Competência, 29

Comportamento, 34

Compromisso, 23
Comunidade, 23, 25
Conceitos, 21
Concepção, 24
Conduta, 37
Conhecimentos, 29
Conjunto, 23
Contexto, 28
Contravenções, 24, 25
Corrupção, 13
Crescente, 13
Crescimento, 40
Criação, 34
Crime, 13
Crimes, 25
Criminalidade, 24
Criminoso, 38
D
Dados, 20
Demonstrar, 21
Denúncias, 36
Descoberta, 13
Descortês, 35
Desproporcional, 35
Destaque, 42
Detalhamentos, 33
Determinada, 23
Diversas, 23
E
Enfrentamento, 33

Espaço, 23

Espelho, 42

Estado, 13

Estado, 13

Estados, 42

Estatísticas, 40

Estimativa, 37

Expressa, 23

Externo, 37

F

Fama, 20

Familiares, 25

Ferramentas, 29

Formas, 33

Função, 24

G

Gravada, 41

H

Homicídio, 36

I

Identificação, 38

Implementada, 14

Infrações, 33

Interna, 21

Interno, 37

Investigações, 38

J

Justiça, 34

L

Lei, 24

M

Má, 20

Manutenção, 24

Melhoria, 25

Membros, 25

Minimalista, 26

Monitorar, 33

Mortes, 38

O

Objeto, 25

Oportunidade, 33

Ostensiva, 13

P

Patrimônio, 28

Pesquisa, 20

Pessoas, 24

Polícia, 13

Policiais, 13

Policial, 34

Política, 14

Políticas, 13

População, 14

Preservação, 28

Prioritários, 23

Probabilidades, 33

Problema, 21, 40

Processo, 26

Profissão, 40

Promover, 28

Pública, 14

Punição, 33

R

Reduzir, 14

Remover, 26

Reprimir, 13

S

Segurança, 13, 21, 23

Segurança, 14

Sistematizar, 26

T

Testemunhas, 25

Trabalho, 13

Trâmites, 33

Transparente, 34

V

Violências, 24, 25

Vítimas, 21

Vizinhança, 25

CDL



9786560540385